



8 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 8 de março de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,52% São Paulo	111.725 / 111.593	R\$ 1.212	25/fevereiro 5,156 2/março 5,107 3/março 5,028 4/março 5,078	R\$ 5,510	6,76%	11,41%	Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54

FINANÇAS

Dinheiro à espera

Brasileiros com valores a receber já podem verificar a data dos saques. Expectativa do governo é pagar R\$ 4 bilhões

» FERNANDA STRICKLAND

Os brasileiros já podem saber a data para retirar valores esquecidos em diferentes instituições financeiras, a partir da consulta no Sistema Valores a Receber (SVR), do Banco Central (BC). A fim de realizar o procedimento, o usuário precisa ter uma conta no site *gov.br*.

Para acessar o agendamento e solicitar a transferência, o cidadão precisa ter uma conta nível prata ou ouro na plataforma governamental. A estimativa é de que aproximadamente 28 milhões de usuários utilizem o serviço pelo *gov.br*, nesta primeira fase do programa.

Caso tenha algum valor a receber, o cidadão poderá verificar a data, o valor e a possibilidade de transferência do recurso. O dinheiro só poderá ser transferido caso o usuário esteja logado no

gov.br. Se ainda não tiver conta na plataforma, poderá fazê-la a qualquer momento. O Sistema de Valores a Receber foi dividido em três diferentes grupos para o agendamento dos saques. (**Confira as datas no quadro ao lado**)

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade, ressaltou que serviços como este no *gov.br* tornam mais fácil, ágil e cômoda a vida do cidadão. "Ele pode realizar toda a consulta por valores a receber e fazer a transferência do dinheiro para sua conta da poltrona de casa, se quiser", comentou.

Para obter as contas Prata ou Ouro, basta acessar o *gov.br* (via web ou aplicativo pela instituição financeira. Sete instituições já estão integradas à plataforma do governo federal: Banco do Brasil, Caixa, BRB, Banrisul, Santander, Bradesco e Sicooob.

Outra forma é acessar o aplicativo *gov.br* e realizar a biometria facial. O aplicativo é acessado tanto por aparelhos celulares iOS quanto Android.

A plataforma digital de relacionamento do cidadão com o governo federal já conta com 125 milhões de pessoas cadastradas, e oferece acesso a cerca de 4,8 mil serviços do governo federal, sendo 73% totalmente digitais. Entre eles, alguns dos principais destaques são a prova de vida digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e as carteiras de trânsito e de trabalho.

De acordo com o Banco Central, pelo menos R\$ 4 bilhões deverão ser depositados na primeira fase do programa. As próximas fases deverão movimentar um total de R\$ 8 bilhões. O total de beneficiários na primeira fase é de 28 milhões de pessoas, dos quais 26 milhões correspondem a pessoas físicas.

Fique atento

O Sistema de Valores a Receber foi dividido em três diferentes grupos para o agendamento dos saques. Confira as datas de verificação dos valores e solicitação de pagamento de qualquer valor residual:

ENTRE 7 A 11 DE MARÇO

Pode realizar a conferência do saldo e fazer a solicitação de saque quem nasceu antes de 1968 ou abriu a empresa antes desse ano. Caso o interessado perca as datas, poderá participar da repescagem no sábado seguinte (12 de março);

ENTRE 14 A 18 DE MARÇO

Podem conferir o saldo e pedir o saque aqueles nascidos entre 1968 e 1983 ou empresas fundadas nesse período. A repescagem desse grupo ocorrerá em dia 19 de março;

ENTRE 21 A 25 DE MARÇO

Nascidos a partir de 1984, ou empresas criadas a partir dessa data, podem verificar o valor a ser recebido e solicitar o saque. A repescagem está marcada para o dia 26 de março para aqueles que perderem o prazo original.



Fonte: Banco Central.

RAUL VELLOSO

AINDA QUE O NOTICIÁRIO LOCAL JÁ TENHA ESCASSEADO AS MENÇÕES AOS VELHOS PROBLEMAS INTERNOS, MINHA MODESTA VISÃO É DE QUE NÃO PODEMOS RELAXAR NO ATAQUE AO "X" DA NOSSA QUESTÃO, QUE É, AINDA, EM GRANDE MEDIDA, INTERNO

Para vencer a velha crise

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

A pandemia finalmente arrefece, mas o mundo inteiro se vê imerso em uma nova crise de grandes proporções e de efeitos ainda pouco claros. Desta feita, o gatilho foi um ataque maciço a um país do Leste Europeu, a Ucrânia, desferido por uma das nações mais poderosas do planeta, a Rússia.

Sem falar nos mortos pela guerra e na gigantesca onda de refugiados (talvez a maior desde a Segunda Guerra), o que chama mais a atenção em um primeiro momento é a desorganização de certas cadeias de produção e consumo, com destaque para o petróleo e várias commodities (especialmente as agrícolas, inclusive fertilizantes) intensamente comercializadas, o que levou a fortes ameaças de desabastecimento e disparada de preços.

Difícilmente escaparemos de uma maior pressão cambial e inflacionária vinda de fora, ainda que o Brasil, sen-

do um importante player no mercado mundial de commodities, esteja hoje bem melhor preparado do que toca à disponibilidade de divisas para administrar suas contas externas. Isso fará uma grande diferença a nosso favor, bastando lembrar do que aconteceu por aqui nas crises petrolíferas dos anos 70 e 80, quando o nosso leque de opções para reagir rapidamente era mínimo. Em tempos mais bicudos, já estaríamos arrumando a mala para uma ida ao FMI. Hoje, somos exportadores líquidos de petróleo e temos um volume inédito de divisas no caixa, relativamente a qualquer variável macro com que se o compare.

O problema externo é sem dúvida dramático. Diante da ameaça de guerra em uma escala mundial, americanos e europeus ocidentais já se organizam para enfrentá-la, inclusive com as reações de enfrentamento dos russos — as chamadas sanções —

já em andamento. E sendo os reis da credibilidade fiscal mundial, os americanos certamente despejarão dólares no mundo, caso julguem necessário, sem o temor de um maior impacto inflacionário. Quanto a nós, ainda que o noticiário local já tenha escasseado as menções aos velhos problemas internos, minha modesta visão é de que não podemos relaxar no ataque ao "x" da nossa questão, que é, ainda, em grande medida, interno. A visão de que é interno até que muitos aceitam. O problema está é no diagnóstico defeituoso que se faz ao discutir isso.

Há, no país, uma grande preocupação com nossa credibilidade fiscal, mas, primeiro, há um grande exagero nas avaliações que se fazem. A palavra de ordem nos principais círculos é não deixar a razão entre a dívida pública e o PIB subir (na verdade, se quer até a reduzir). Isso virou um mantra, reduzindo, em mui-

to, se seguido ao pé da letra, a margem que os governos têm para atuar. (Aliás, foi implicitamente para impedir que os governos atuassem muito que a guerra ao aumento da razão dívida-PIB se acirrou).

E foi preciso que macroeconomistas de peso nos EUA se dessem conta de que os valores que se apresentam nas apurações dessa razão estavam fortemente exagerados, devido ao tipo de cálculo que se faz — basicamente incorreto, que superestima o valor que deveria ser obtido. (Ao dividirmos um estoque por um fluxo, acabamos inflando muito a dentada que o setor público dá na economia; se tivéssemos a mesma dimensão nas duas variáveis da fração, ou seja, fluxo-sobre-fluxo ou estoque-sobre-estoque, cálculo análogo produziria um valor bem menor).

Não aceitando, por enquanto, qualquer ajuste na forma de calcular, a saída que a grande maioria dos analis-

tas apoiou por aqui foi a de fixar um teto para o crescimento do gasto público total, acreditando que isso levaria rápida e facilmente ao controle do nível desse gasto. Aí se esqueceram de uma verdade simples. Se um país, como o nosso, tem um grupo relativamente pequeno de "donos do orçamento público" que abocanha uma enorme fatia dele, fixar um teto para o total do gasto obriga, primeiro, a reduzir — e rapidamente zerar — os gastos chamados discricionários, ou seja, os não obrigatórios, ou "sem donos", como ocorre com os investimentos em infraestrutura.

Ao fim e ao cabo, a regra acaba se tornando rapidamente inviável, pois os "donos do orçamento" lutarão até o limite das possibilidades políticas para não perder qualquer pedaço de sua fatia original. (Imaginem se os "donos do orçamento" soubessem que há problemas de medida na apuração

da razão dívida-PIB, como dito antes, produzindo uma superestimativa indevida...). Sem falar que a virtual zeração dos investimentos acabará sendo denunciada por alguém como algo absurdo, pois todos sabem que sem investir nenhum país cresce.

Uma saída para esse impasse é identificar um item da pauta de gastos que tenha crescido significativamente nos últimos anos, e encontrar um jeito adequado de ajustá-lo para abrir espaço aos investimentos, mas sem ofender demasiadamente os "donos do orçamento". Como o item que mais tem crescido nos últimos anos é o relativo às aposentadorias de servidores públicos, a saída é equacionar o passivo atuarial dos regimes de servidores, conforme venho defendendo amplamente na mídia, juntando, grosso modo, reformas de regras com capitalização de fundos previdenciários. Só por aí venceremos a velha crise...

Mais de 31 mil novos atendimentos por mês.

Acompanhe as ações do GDF.



UPA de Vicente Pires

